

Resenha

The cultural Cold War: the CIA and the world of arts and letters

Frances Stonor Saunders
New York: The New Press, 1999

Desde que foi fundada, logo após a Segunda Guerra Mundial, a CIA – Agência Central de Inteligência – cumpre para o governo dos Estados Unidos tarefas ‘sujas’, como a promoção de golpes de Estado, seqüestros e assassinatos políticos. Entre os governos democraticamente eleitos que ajudou a subverter, estão o de Mossadegh no Irã, Arbenz na Guatemala, João Goulart no Brasil e Allende no Chile; outra de suas tarefas foi a fracassada invasão da Baía dos Porcos, em 1961, que tentava derrubar o regime revolucionário cubano.

Mas a Agência também se dedicou a atividades mais ‘amenas’, como a organização de exposições de artes plásticas, concertos musicais e congressos de intelectuais ou a edição de revistas e livros de literatura. Durante a Guerra Fria, os ‘corações e mentes’ eram um campo de batalha crucial e a *intelligence* desempenhava papel-chave. Com amplo financiamento de instituições como a Fundação Rockefeller e

o apoio velado, mas decisivo, da CIA, os Estados Unidos buscaram deliberadamente promover as concepções ‘certas’, ampliando a influência de escritores e artistas comprometidos com a ideologia do ‘mundo livre’.

Este esforço é descrito em detalhes por Frances Stonor Saunders em seu documentado livro, *The cultural Cold War: the CIA and the world of arts and letters* (título da edição nos EUA; na Inglaterra, saiu como *Who paid the piper?*). Baseado em depoimentos de antigos agentes e em papéis oficiais – embora a autora lamente as dificuldades que encontrou na aplicação da lei estadunidense da liberdade de informação, que deveria lhe permitir acesso aos arquivos da CIA –, o livro não traz muito fatos que sejam exatamente novos, mas organiza um conjunto de informações que revela de maneira contundente o grau de envolvimento da Agência na vida intelectual da segunda metade do século XX. O ponto de partida é a Berlim do

imediatamente pós-Segunda Guerra; foi lá, após a inauguração de uma suntuosa casa de cultura na zona de ocupação soviética, que oficiais de inteligência ocidentais perceberam a importância das artes e das letras no combate político ao nascente bloco comunista.

Tratava-se, na verdade, de um duplo objetivo. Era necessário, em primeiro lugar, demonstrar que os Estados Unidos possuíam condições de exercer a liderança moral e intelectual do ‘mundo livre’. Ou seja, que não eram a terra bárbara e inculta dos preconceitos de muitos europeus. Para isto, representantes das artes e letras estadunidenses foram promovidos na Europa. Merecem destaque o expressionismo abstrato, nas artes plásticas, e o *jazz* na música. O expressionismo abstrato, corrente que teve Jackson Pollock, Mark Rothko e Robert Motherwell como expoentes, encarnaria os valores do ‘individualismo artístico’ e seria um bom antídoto à arte engajada. Já os músicos negros em destaque no *jazz* contrabalançariam a imagem negativa causada pelo racismo nos EUA.

O mais importante, porém, era combater a simpatia pela União Soviética, generalizada entre os intelectuais europeus da época (graças, sobretudo, ao Exército Vermelho, fundamental para a derrota do nazi-fascismo). Entre membros do Partido, simpatizantes ou meros defensores da distensão nas relações internacionais, os congressos e manifestos ‘pela paz mundial’ patrocinados por Moscou nos anos 1950 reuniam uma apreciável constelação de artistas e escritores – gente do peso de

Thomas Mann, Pablo Picasso, Charles Chaplin ou Leonard Bernstein. Contra isto, promovia-se a denúncia do totalitarismo. No lugar da paz mundial, a bandeira dos intelectuais patrocinados pela CIA era a ‘liberdade de expressão’. O essencial, na verdade, era promover a defesa da política oficial do Departamento de Estado durante a Guerra Fria, a ‘contenção do comunismo’.

O compromisso com a ‘liberdade de expressão’, de fato, era limitado. Além de promover os escritores e artistas ‘certos’, a CIA buscava silenciar aqueles que considerava pró-comunistas. Ela fez, por exemplo, com que as editoras rejeitassem a publicação do romance *Espártaco*, de Howard Fast, que acabou sendo lançado às custas do autor – e isso antes do início ‘oficial’ do macarthismo. Os intelectuais patrocinados pela agência também participaram de uma campanha de desmoralização contra o poeta chileno Pablo Neruda, na tentativa de evitar que ele recebesse o Prêmio Nobel de Literatura.

Entre os participantes estavam muitos imigrantes do Leste Europeu, em especial da própria Rússia, como os compositores Igor Stravinski e Nicolas Nabokov (primo do autor de *Lolita*), o filósofo Isaiah Berlin ou o poeta Czeslaw Milosz, bem como antigos comunistas arrependidos. A CIA se preocupava em evitar que suas publicações e seus eventos culturais reunissem apenas uma plêiade de reacionários empedernidos. Ao contrário, o principal interesse era promover uma ‘esquerda democrática’ – mas que desse sustentação à política estadunidense na Guerra Fria.

Alguns intelectuais eram de fato agentes, como Nicolas Nabokov, ou consultores dos serviços de inteligência dos Estados Unidos, como o cientista político James Burnham. Outros tinham, em graus variados, conhecimento do envolvimento da Agência, embora nunca o reconhecessem de público (e manifestassem indignação quando a presença da CIA era desvelada), como Isaiah Berlin, a filósofa alemã Hannah Arendt, o sociólogo francês Raymond Aron, a escritora estadunidense Mary McCarthy e o líder social-democrata alemão Willy Brandt. Muitos, por fim, eram usados sem saberem. Entre estes, o caso mais trágico foi o do pintor expressionista abstrato Mark Rothko, que se suicidou em 1971; segundo alguns amigos, Rothko simplesmente não conseguia conviver com a explosiva valorização de suas obras, enormes telas com campos coloridos sobrepostos, que para ele significavam um protesto contra o materialismo burguês.

Congressos pela liberdade de expressão, realizados com estardalhaço em vários países da Europa, foram a manifestação mais vistosa da Guerra Fria cultural. Mas o impacto mais duradouro foi produzido seguramente por atividades de caráter propagandístico menos evidente, como a publicação de revistas de prestígio intelectual (*Partisan Review*, *Encounter* e outras) e eventos culturais aparentemente ‘neutros’, sem colorido político explícito, mas que ampliavam a visibilidade de certos nomes e de certas correntes estéticas. O livro de Saunders, preso à descrição dos fatos, não aprofunda a discussão dos

problemas que levanta. Mas, para além do circunstanciado relato de parte da história recente, o que *The Cultural Cold War* coloca em questão é a fragilidade da autonomia dos campos artístico e intelectual, submetidos a influências colonizadoras de diversas procedências. A presença do poder econômico é sempre percebida e criticada. Em seu *Sur la télévision*, o sociólogo francês Pierre Bourdieu denunciou o poder da mídia na construção das reputações acadêmicas e literárias. Anos antes, na década de 1960, o comunicólogo canadense Marshall McLuhan havia demonstrado a vulnerabilidade da academia às técnicas publicitárias, contratando uma agência de relações públicas que, em pouco tempo, guindou-o da obscuridade ao estrelato intelectual.

Saunders documenta, agora, uma forma de interferência deliberada do poder político na geração do reconhecimento intelectual e artístico. A pergunta que fica, após a leitura de seu livro, é quanto do cânone literário, artístico e filosófico da segunda metade do século XX é composto por reputações ‘infladas’ politicamente. Alguns nomes estão acima de qualquer suspeita – o envolvimento de Stravinski com a CIA, por exemplo, pode colocar uma nódoa em sua biografia, mas não modifica sua posição como um dos criadores da música moderna (título, aliás, que conquistara já na década de 1910). A utilização ideológica do expressionismo abstrato e do *jaz* também não modifica o fato de que foram duas das principais expressões artísticas do século XX. Mas os expressionistas abstratos teriam obtido

tanto prestígio, não fosse a manipulação política de sua obra? E o jazz teria passado, tão rapidamente, de um ritmo 'primitivo e devasso' para uma sofisticada forma de criação musical, se não servisse para projetar para o mundo uma imagem melhor das relações raciais nos Estados Unidos?

Por outro lado, sem a promoção da Agência, um livro raso como *The Machiavellians*, de James Burnham, teria sido levado a sério ou, mais ainda, colocado entre os 'clássicos' da ciência política? Isaiah Berlin e Raymond Aron estariam entre os principais pensadores de seu tempo ou,

ao contrário, encontrariam sua justa posição como ensaístas eruditos e talentosos, mas sem maior originalidade e relevância? Mary McCarthy e André Malraux não estariam há muito no limbo dos escritores medianos (para não falar de Stephen Spender ou Ignazio Silone)? Um caso à parte é o de Hannah Arendt, uma filósofa de importância inegável. Se não compromete parte de sua obra, sua participação em eventos e publicações patrocinados pela CIA ao menos ajuda a explicar sua enorme prudência ao condenar a segregação racial no Sul dos Estados Unidos – um tema que era tabu para a Agência.

Luis Felipe Miguel

Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília.

**As publicações da UNESCO e a revista
Comunicação & política
também podem ser encontradas em Madri**

**Centro de Recursos Documentales y Informáticos/
Organización de Estados Iberoamericanos**

Bravo Murillo, 38 – Madrid

Tel.: 915944382 – Fax: 915943286

e-mail: credi@oei.es